

AMAZÔNIA E BENGALA OCIDENTAL: SINGULARIDADES E POSSIBILIDADES

ALDENOR DA SILVA FERREIRA
SONIA BERGAMASCO

RESUMO *Este texto analisa as singularidades e especificidades da Amazônia brasileira e de Bengala Ocidental. Essas regiões possuem rica biossociodiversidade e são estratégicas para o desenvolvimento econômico e ambiental de Brasil e Índia. Nesse sentido, o aumento de intercâmbio entre elas é fundamental para o estabelecimento de fluxos comerciais e culturais alternativos aos dos países centrais, a partir da construção de um diálogo do Sul com o Sul. Por meio de pesquisa de campo, documental e bibliográfica, realizada nos estados do Amazonas, do Pará e de Bengala Ocidental, o objetivo deste artigo é contribuir com novos conhecimentos que auxiliem esse diálogo.*

PALAVRAS - CHAVE *Intercâmbio. Campesinato. Juta.*

AMAZON AND WEST BENGAL: SINGULARITIES AND POSSIBILITIES

ABSTRACT *This text analyzes the peculiarities and specificities of Amazon and West Bengal. These regions have rich biosociodiversity and are strategic for the economic and environmental development of Brazil and India. In this sense, the increase in exchange between them is fundamental for the establishment of trade and cultural flows that are alternative to those of the central countries, based on the construction of a dialogue between the South and the South. Through field research, documentary and bibliographical study, carried out in the states of Amazonas, Pará and West Bengal, the objective of this article is to contribute with new knowledge to support this dialogue.*

KEYWORDS *Exchange. Peasantry. Jute.*

INTRODUÇÃO

A relação de proximidade entre Índia e Brasil, mais especificamente entre Bengala Ocidental e Amazônia, se materializa na grandiosidade e na importância do rio Ganges e do rio Amazonas, respectivamente, nos abundantes recursos minerais e florestais, nas grandes extensões de terras agriculturáveis, na rica e complexa biodiversidade, no gado zebuino (Guzerá, Nelore, Gir), na juta, na pimenta-do-reino, entre outras semelhanças. Há, entre amazonenses, paraenses e bengaleses, muitas coisas em comum, como o gosto pelo peixe, a ligação com a água tanto para navegação quanto para a subsistência (ainda que a água seja extremamente malcuidada lá e cá), a paixão pelo futebol, pelas pimentas de vários tipos e outros condimentos, além de assuntos em comum, ligados à violência urbana e à falta de habitação adequada para a população, contando ainda com a pobreza e a exclusão social. Aspectos sensoriais incluem as cores vivas dos tecidos, as feiras livres, os jardins floridos em frente das casas na zona rural, o som alto nas ruas de comércio na cidade, enfim, semelhanças que vão além dos estereótipos.

Cartograficamente, a Índia localiza-se no Hemisfério Norte, visto que todo seu território está acima da Linha do Equador, mas, do ponto de vista econômico, social e cultural, ela faz parte do Sul. É esse Sul, ou para utilizar uma expressão de Santos (2010, p. 30), é essa “cartografia epistemológica do Sul” que aproxima essas regiões e que as deixa tão parecidas. Todavia, em pleno século 21, essas nações continuam se comunicando pouco, apesar dos últimos acordos de cooperação assinados. Na realidade, em cinco séculos, Brasil e Índia pouco se escreveram, pouco se visitaram. Grande parte das informações que se tem sobre a Índia, como acertadamente comenta Ribeiro (2003), vêm filtrada pelos olhos e sentidos de jornalistas, pesquisadores, estudiosos, turistas e, geralmente, flui dos países do Norte para os do Sul – o que nos permite pensar em que medida o Oriente continua a ser uma invenção do Ocidente (SAID, 2007).

Nesse quadro exotizante, não é surpresa que os temas mais recorrentes nas informações veiculadas sejam: pobreza econômica, miséria social, passividade política, primitivismo técnico, ao lado de ioga, misticismo, gurus e encantadores de serpentes. Essas também são as informações que chegam a eles sobre o Brasil, com exceção dos gurus, encantadores de serpente e ioga, mas com o acréscimo do samba, do carnaval e do futebol. Ou seja, a pouca troca sociocultural é permeada por imagens estereotipadas tanto daqui quanto de lá. Esses “olhares” tornam-se “conhecimentos mal estabelecidos” (BACHELARD, 1996) e são obstáculos para a compreensão da sociobiodiversidade dos dois países.

Amazônia e Bengala estão entrelaçadas historicamente por meio das fibras de juta. De Calcutá procederam as primeiras sementes dessa planta para o Brasil, primeiramente para o Rio de Janeiro, onde foram feitos ensaios na Fazenda Normal, ligada ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA) na segunda metade do século 19, depois para São Paulo, na primeira década do século 20, quando o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) realizou diversos ensaios com essa planta em alguns municípios paulistas (Ferreira, 2016). As sementes aclimatadas por Ryota Oyama no município de Parintins/AM, também vieram de Calcutá, quando Kotaro Tsuji, em 1933, trouxe 60 kg de sementes arrançados pelo Consulado do Japão naquela cidade, por meio da agência *Mitsui Corporation S.A.* A pesquisa de campo revelou que os processos de produção das fibras de juta são rigorosamente iguais, realizados em ambientes idênticos, revelou também, diferenças quanto às políticas públicas voltadas para o setor (FERREIRA & HOMMA, 2011).

A PESQUISA DE CAMPO NO BRASIL E NA ÍNDIA

No Brasil a primeira fase da pesquisa documental, bibliográfica e de campo ocorreu no estado Amazonas, no

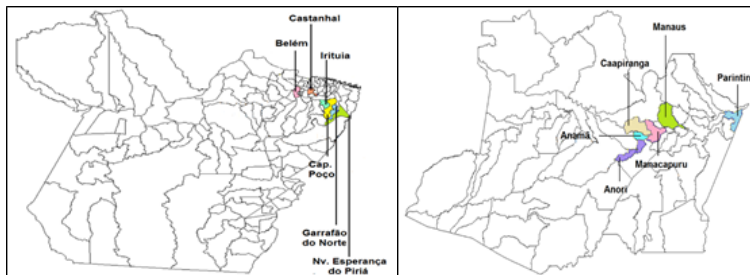
período de 2007 a 2010. Foram realizadas visitas nos municípios de Manacapuru, Anamã e Anori (Figura 1). Ainda no Amazonas, no primeiro semestre de 2012, ocorreu a segunda fase, com visita aos municípios citados e inclusão dos municípios de Parintins e Caapiranga. Já a terceira fase ocorreu no estado do Pará, no segundo semestre de 2012, com visitas aos municípios de Belém, Castanhal, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Irituia e Nova Esperança do Piriá (Figura 1). A quarta fase, por sua vez, ocorreu no segundo semestre de 2013 na Índia, onde foram feitas pesquisas no estado de Bengala Ocidental, em que os lócus foram a cidade de Calcutá e o distrito de 24 Parganas Norte (Figura 2).

No estado do Amazonas foram aplicados 30 questionários, sendo cinco na comunidade de Nossa Senhora das Graças, município de Manacapuru; cinco no município de Caapiranga; cinco na comunidade de Santo Antônio, município de Anori; dez na comunidade Bom Jesus, município de Anamã e cinco na Agrovila do Mocambo, no município de Parintins (Figura 3). Foram feitas dez entrevistas, sendo sete no Amazonas, nas comunidades de Nossa Senhora das Graças, Bom Jesus e Agrovila do Mocambo, e três no estado do Pará, com as lideranças do Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia (Ifibram) no município de Capitão Poço.

Na Índia, o levantamento de dados quantitativos e qualitativos ocorreu por meio de entrevistas e questionários e foi realizado na vila de Krishna Nagar (Figura 3), localizada a 24km de Calcutá. Krishna Nagar tem uma população de 5.118 habitantes, com área total de 252,13 hectares. O levantamento não foi amplo, devido às dificuldades relacionadas aos custos com o transporte até a vila e a impossibilidade de permanência no local, devido à falta de segurança. Por conta disso, o número de questionários aplicados e de pessoas entrevistadas foi bem menor que no Brasil, apenas dez questionários e cinco entrevistas¹.

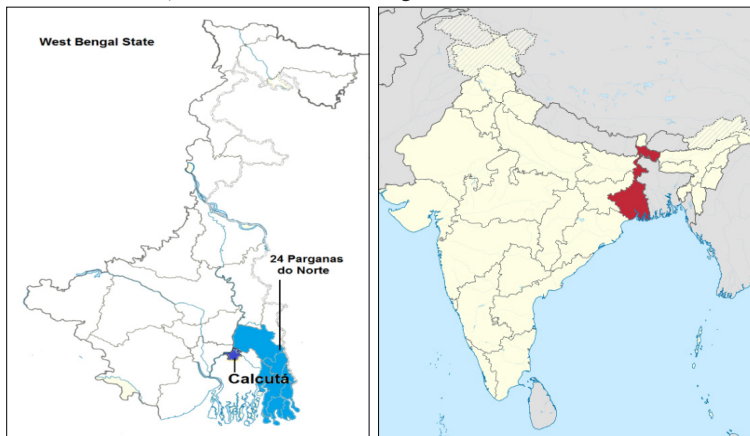
¹ O período definido para a visita às vilas coincidiu com as eleições do *Gram Panchayat*, eleição de líderes locais. A região estava agitada, resultado ainda do fim do domínio de 34 anos do *Communist Party of India* ocorrido nas eleições de 2011.

Figura 1: À direita, lócus da pesquisa de campo no estado do Amazonas. À esquerda, lócus da pesquisa de campo no estado do Pará.



Fonte: Mapa confeccionado a partir da base cartográfica do IBGE, 2015.

Figura 2: À esquerda mapa do estado de Bengala Ocidental, com a capital Calcutá e o Distrito 24 Parganas. À direita, mapa da Índia com a localização do estado de Bengala Ocidental.



Fonte: Mapsindia.com

Figura 3: À esquerda, entrada da Vila de Krishna Nagar em Bengala Ocidental. À direita, vista parcial da Agrovila do Mocambo, Parintins/AM.



Fonte: Aldenor Ferreira, 2013.

Para a realização do trabalho de comparação entre Amazônia e Bengala Ocidental, fundamentalmente, no que tange à reconstrução do percurso histórico do cultivo de juta, as fontes utilizadas foram publicações relevantes, como os Boletins de Pesquisa do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (CPATU/Embrapa) de Belém/PA; os Relatórios do Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia (Ifibram); a Revista da Associação Comercial do Amazonas (ACA); e o Jornal do Comércio, que circulava em Manaus na primeira metade do século 20 e cuja coleção está disponível no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). Além disso, também foram consultadas monografias de conclusão de curso e dissertações.

Em Bengala Ocidental foram utilizados documentos relevantes das seguintes instituições: *Institute of Jute Technology* (IJT) da Universidade de Calcutá e do *Central Research Institute for Jute & Allied Fibres* (Crijaf). Essa instituição foi criada em 1938 como um Laboratório de Pesquisa Agropecuária em Dhaka. Depois da divisão do país, ela foi deslocada para Chinsura em Bengala Ocidental e sua sede definitiva foi estabelecida no distrito de Barrackpore em Calcutá. O Crijaf é ligado ao *Indian Council of Agricultural Research* (Icar), sendo o instituto mais importante da Índia em pesquisas sobre juta e fibras similares. Nesse instituto, além dos documentos consultados e coletados, também foi feita uma visita às estações experimentais. Também ocorreram visitas à Biblioteca Nacional, à Biblioteca da Universidade de Calcutá e à Biblioteca do *Ramakrishna Mission*, nas quais foi possível acessar materiais disponíveis nas bibliotecas *online* do Congresso Americano, da Universidade de Cambridge e Oxford, além de outras universidades da Índia, como a *Jadavpur University*. Outras instituições importantes de coleta de dados foram o *Indian Jute Mills Associations* (IJMA) e o *Indian Central Jute Committee* (ICJC), ligado ao *Ministry of Textiles*.

DO AMAZONAS AO GANGES: IMPRESSÕES E PERCEPÇÕES

Chegando à cidade de Calcutá, de imediato houve o reconhecimento da paisagem natural e humanizada como sendo muito semelhante à paisagem natural e humanizada da Amazônia. As águas são barrentas, caudalosas e marcadas por um enorme simbolismo. A Figura 4 transmite bem a semelhança hidrográfica entre Amazônia e Bengala. Trata-se de uma paisagem tipicamente tropical, um retrato de um grande rio de água barrenta com densa vegetação em suas margens.

Figura 4: Cheia em Kalinagar, distrito de Barddhaman, West Bengal.



Fonte: Soumyasch para English Wikipédia, 2007.

Em relação ao clima, apesar de o estado de Bengala Ocidental estar acima da Linha do Equador, ainda está dentro da Zona Tropical da Terra, faz bastante calor e umidade no período de junho a setembro, quando ocorrem as chuvas das monções, e bastante frio nos meses de janeiro e fevereiro. As chuvas das monções são extremamente parecidas com as chuvas

do chamado “inverno amazônico”, em que há um volume grande de precipitação nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Elas fazem os rios transbordarem, fertilizando o solo e deixando-o preparado para o cultivo de plantas frutíferas também apreciadas na Amazônia, como a manga, a banana, o mamão, o coco, a goiaba, a melancia, o limão, a laranja, o abacaxi e a mandioca. Tanto em Bengala Ocidental quanto no estado do Amazonas e Pará, esse regime das águas foi e ainda é o responsável pelo sustento de inúmeras populações que viveram e ainda vivem nessas regiões. Nesse sentido, tanto o sistema Ganges-Hooghly quanto o Solimões-Amazonas são fundamentais para a manutenção da vida material e simbólica de suas populações, são rios por onde escorre a vida, no sentido amplo da palavra. Vida da ictiofauna, vida botânica, vida vinda da agricultura, vida religiosa de cada homem e mulher.

Ganges e Amazonas “ainda comandam a vida”, entretanto, ultimamente, suas águas vêm sofrendo bastante com a poluição. Por conta das idiosincrasias do hinduísmo, no quesito poluição, o Ganges sofre muito mais que o Amazonas. Com efeito, o Amazonas não está imune a ela, pois, desde o Peru até Belém, uma quantidade considerável de cidades depositam nele suas redes de esgoto sem tratamento, além disso, barcos que navegam de leste para oeste, e vice-versa, também despejam no rio os mais variados dejetos. As pequenas, médias e grandes cidades que se desenvolveram a partir de pequenas vilas às margens do Ganges e do Amazonas não têm sido muito generosas com eles (Figura 5). Elas “chegaram” depois, prosperaram em suas margens, mas não têm sido generosas com seus anfitriões, pois, tanto lá quanto aqui, a poluição avança de modo catastrófico. Os canais urbanos de grande parte das cidades de Bengala Ocidental, Amazonas e Pará funcionam como esgoto a céu aberto, e as obras, em vez de tentar recuperá-los, acabam por pavimentar tudo com muito cimento e mau gosto.

Figura 5: Na esquerda, vista parcial da cidade de Manaus. Na direita, vista parcial da cidade de Calcutá. Embaixo, vista parcial da cidade de Belém.



Fonte: Calcutá Kalyan P; Manaus, autor desconhecido; Belém, 99graus.com.br.

Calcutá, assim como Manaus e/ou Belém, possui um ambiente sociocultural que estimula o paladar. Com abundância de água, é natural que o apreço pelo peixe seja outro ponto comum entre “nós” e “eles”. Que amazonense ou paraense não comeu ou ainda come um bom peixe assado acompanhado de farinha de mandioca apenas com o auxílio das mãos? Em Calcutá, o arroz assume o lugar dessa farinha, o peixe geralmente é cozido ou frito, mas as mãos continuam firmes, peixe de rio e de mar, acompanhado com muita pimenta e limão (Figura 6). A comida de Calcutá é bastante picante, mas pode-se dizer que apenas um pouco a mais que a do Amazonas e/ou Pará. Geralmente, nesses estados, coloca-se a pimenta depois, a gosto, na Índia, não há essa opção, já vem tudo junto, podendo, ainda, adicionar mais picância, o que, na maioria das vezes, ocorre.

Sobre os condimentos, é válido ressaltar que a Índia ajudou a transformar a culinária mundial. Muitas especiarias vindas do subcontinente indiano e adjacências, como a pimenta-do-reino, o cravo-da-índia, a canela, o gengibre, o açafrão, deram aos alimentos europeus, por exemplo, novos aromas e sabores. Como bem observou Nepomuceno (2005), sem essas especiarias, a comida apodrecia, as carnes não resistiam à estocagem de inverno, pois, quando o gado era abatido para não sucumbir à escassez das pastagens, pragas e mofos se multiplicavam. O mais poderoso conservante de alimentos era uma mistura de sal, vinagre, grãos de cominho², coentro e pimenta. Cravo, canela e gengibre também compunham fórmulas de conservação. A autora afirma ainda que, com suas propriedades picantes, os temperos protegiam os alimentos e disfarçavam os sabores “passados”, azedos, *faisandé*, quando começavam a se deteriorar.

² Cominho é de origem africana, sendo a mais importante das sementes desse continente.

Figura 6: À esquerda, salada e moqueca de peixe em Calcutá. À direita, caldeirada de tucunaré em Manaus.



Fonte: Aldenor Ferreira, 2013.

O RURAL DAQUI E DE LÁ: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

As comunidades rurais de Calcutá são bastante parecidas com as comunidades rurais dos estados do Amazonas e do Pará. Assim como na Amazônia, os jardins em frente e ao redor das casas, os quintais com árvores frutíferas não constituem apenas elementos decorativos. Eles têm dupla função, uma material

e outra simbólica. A primeira é a produção de alimentos e a garantia de recursos fitoterápicos necessários para curar os males do corpo numa emergência; a segunda, além de cumprir uma função estética, que é a de ornamentar o espaço da sociabilidade, que, no Amazonas e Pará, chama-se terreiro (espaço em frente da casa), serve também para prevenir a inveja e o “mau-olhado”, compondo uma espécie de barreira natural contra o mal.

Ainda na Figura 7 é possível visualizar, em parte, a definição socioantropológica de Bottomore (1988, p. 75) para o campesinato, que seria “conjunto daqueles que trabalham na terra e possuem seus meios de produção, noutras palavras, todo indivíduo que vive na e da terra”. A terra onde vive e trabalha o camponês bengalês é fertilizada com as chuvas das monções, cuja característica do clima é de muito calor durante o dia e pancada de chuva no fim da tarde. Há dias que chove pela manhã ou ao meio dia, ou, simplesmente, o dia todo, com muito calor e umidade por todo o período. Em Bengala Ocidental, mais especificamente na sua capital, a temperatura média anual situa-se entre 26,9° e 31,7°, as médias mensais, entre 26,9°C e 22,2°C e a temperatura máxima média anual entre 43,9°C e 31,7°C. São números muito parecidos com os do Amazonas e do Pará, que possuem um regime caracterizado pela ocorrência de pequenas oscilações térmicas anuais e mensais, em que a temperatura média anual situa-se entre 25°C e 26,5°C, as médias mensais entre 24,1°C e 27,5°C e a temperatura máxima média anual entre 30,5°C e 32,9°C.

Figura 7: Na primeira linha, casa e quintal de uma família nuclear em Nossa Senhora de Nazaré, Manacapuru/AM. Na segunda linha, casa e quintal de uma família extensa em KrishnaNagar, 24 Parganas Norte/WB.



Fonte: Aldenor Ferreira, 2013; NUSEC-UFAM, 2009.

Outra semelhança observada no percurso da pesquisa de campo, realizada na zona rural de Calcutá, é a produção de alimentos que se dá por meio de pequenos cultivos (Figura 8). Para além da satisfação das necessidades físicas, essa produção faz parte de uma estratégia que visa preservar a autonomia da família camponesa, uma forma de resistência que se dá a partir do autoconsumo. Conforme Ploeg (2009), a resistência camponesa é a principal força motriz da produção de alimentos. O termo resistência ao qual o autor se refere deve ser entendido no sentido da intervenção direta nos processos produtivos, no trabalho e sua alteração, que está onipresente na agricultura desses tempos hodiernos.

A multifuncionalidade e a pluriatividade dos camponeses amazônicos e bengaleses são formas de enfrentamento de um ambiente hostil que os cerca. Como assinala Petersen (2009),

esses processos encontram sua coerência nas motivações dos camponeses de continuarem existindo e, dentro do possível, prosperarem num mundo que lhes é cada vez mais adverso. Contrariando a antiga previsão do inevitável desaparecimento do campesinato frente ao avanço da agricultura industrial e do capitalismo no campo, é exatamente o modo de produção camponês que se apresenta nestes tempos marcados pela fase mais aguda da globalização e pela hegemonia da política neoliberal, assim como de crise ambiental e econômica – como uma das mais significativas formas de resistência e de proposta alternativa ao modo de produção agrícola gerador de externalidades negativas. Isso, resistindo aos processos hegemônicos da produção agrícola mundial que são antidemocráticos, comandados por poucas empresas e que desconsideram as epistemologias autóctones e as formas produtivas alternativas.

Com efeito, a valorização do modo de produção camponês é o elemento que diferencia o campesinato bengalês do campesinato amazônico. Enquanto a produção agrícola, realizada pelas famílias camponesas nas várzeas amazonenses e paraenses é vista como utopia, mesmo que, reconhecidamente, seja a principal fornecedora de alimentos para as pequenas cidades desses estados, o modo de produção do camponês varzeano de Bengala Ocidental foi visto como a solução para a geração de trabalho e renda no campo. Com a chegada ao poder da Frente de Esquerda em 21 de junho de 1977, teve início um amplo processo de Reforma Agrária no estado, a chamada *Operation Barga*³, cuja característica fundamental foi o trabalho com as organizações locais camponesas, denominadas *panchayats*⁴, órgãos locais eleitos democraticamente e os próprios beneficiários na implementação do Programa. Com a implantação da *Operation Barga*, cerca de 500 mil hectares de terra foram distribuídos entre os pobres e os sem-terra. Atualmente, cerca de 83% das terras das lavouras estão nas mãos dos camponeses. A partir da década de 1980, a produção de alimentos cresceu significativamente

³ Bargadar (em bengali) tem sido definido como uma pessoa que cultiva a terra de outra pessoa em condição de entrega de uma parte da produção dessas terras a essa pessoa, mantendo uma parte para si mesmo. É um meeiro, numa tradução livre.

⁴ *Panchayat* significa, literalmente, a montagem (*yat*) de cinco (*panch*). É um conselho de respeitados anciãos escolhidos pela comunidade. Tomam decisões relacionadas a questões sociais, culturais e econômicas e resolvem as disputas entre indivíduos.

no estado, que outrora era dependente do governo central para garantir seu abastecimento, passando a ser um dos poucos estados indianos com excedentes, produzindo, por exemplo, cerca de 15 milhões de toneladas de arroz, constituindo-se no maior produtor de arroz na Índia; e 33% de batata, com uma produção anual de cerca de 8,9 milhões de toneladas. Dados oficiais do governo bengalês atestam que mais de 50% do arroz produzido no estado vêm da agricultura camponesa, assim como 80% do total da produção de legumes, 65% de grãos, 25% de sementes oleaginosas e 55% da cana-de-açúcar.

Figura 8: Na primeira linha, carregamento de melancia no Distrito de Allahabad, estado de Uttar Pradesh e colheita de batata em Bengala Ocidental. Na segunda linha, produção de melancia e mamão em Manacapuru/AM.



Fonte: NUSEC-UFAM, 2009; Jiva Gupta, 2013; Shobha Roy, 2012.

Mesmo tendo uma extensão territorial flagrantemente menor, com uma população 22,5 vezes maior que o Amazonas, o estado de Bengala Ocidental produz praticamente toda a sua comida. Nesse quesito, o estado do Amazonas está em situação oposta, importando grande parte de seus alimentos, mesmo com

o grande potencial de suas várzeas e o saber-fazer do camponês que nela habita. À guisa de exemplo, o alho consumido pelos amazonenses é importado da China, de Goiás, do Peru e da Espanha, também a macaxeira (mandioca) é importada de Boa Vista/RR. Tomate, repolho, batata e cenoura, por sua vez, vêm de São Paulo, a carne de Porto Velho/RO, Pará e Mato Grosso, a farinha do Acre e o cheiro-verde de Belém. Até mesmo algumas espécies de peixes, como o tambaqui, estão sendo importados de Rondônia, que se transformou na líder nacional em piscicultura.

No que tange à piscicultura, segundo Mukherjee (2016), do Departamento de Pesca do Estado de Bengala Ocidental, em Calcutá, especialmente na área periurbana, a piscicultura é praticada em tanques abastecidos fundamentalmente com água de reuso, isso desde a década de 1930. O esgoto urbano passa por processos de biotratamento, em que, ao mesmo tempo em que produz proteínas indispensáveis, despolui o ambiente e gera emprego e renda. A produção de peixes criados em águas de reuso, juntamente com outras atividades a ela relacionada, oferece emprego para cerca de 30.000 pessoas. Existem 13 cooperativas de piscicultores e 38 grupos de produção apoiados pelo Departamento de Piscicultura de Calcutá – uma das cooperativas foi criada há 75 anos, enquanto outra, de mulheres envolvidas no processamento de outros derivados da piscicultura, está sendo criada atualmente. Além disso, existem vários programas e iniciativas na área do ecoturismo, como, por exemplo, o *Nalban Boating Complex* e o *Mudiali Nature Park* (gerenciado por uma cooperativa de piscicultores e que chega a abrigar mais de 10.000 aves migratórias anualmente). Mukherjee afirma que o estado de Bengala Ocidental é pioneiro na utilização de águas de reuso na piscicultura, com 279 unidades de produção que somam 4.000 hectares, produzindo mais de 13.000 toneladas de pescado por ano, consumidos principalmente na cidade Calcutá.

ELOS FEITOS DE FIBRA: A PRODUÇÃO CAMPONESA DE JUTA

Amazônia e Bengala estão entrelaçadas historicamente por meio das fibras de juta. De Calcutá, procederam as primeiras sementes de juta para o Brasil. Primeiramente para o Rio de Janeiro, onde foram feitos ensaios na Fazenda Normal, ligada ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA) na segunda metade do século 19, depois para São Paulo, na primeira década do século 20, quando o Instituto Agrônomo de Campinas realizou diversos ensaios com essa planta em alguns municípios paulistas. As sementes aclimatadas por Ryota Oyama no município de Parintins/AM, também vieram de Calcutá, quando Kotaro Tsuji, em 1933, trouxe 60 kg de sementes arranjados pelo Consulado do Japão naquela cidade, por meio da agência *Mitsui Corporation S.A.* (FERREIRA & HOMMA, 2011).

O plantio realizado com essas sementes não atingiu o resultado esperado, repetindo-se, assim, o fracasso dos anos anteriores. Contudo, o fracasso dessas experiências feitas pelo Instituto Amazônia em Parintins fez com que Tsukasa Uyetsuka, o idealizador da imigração japonesa nesse município, tomasse a decisão de enviar para a Índia o agrônomo Isaku Kino, professor da Escola Superior de Colonização do Japão, para aprender sobre o cultivo dessa planta. Com o êxito dos japoneses, o Brasil se tornou um grande produtor de juta por um período de quatro décadas. Na Índia, a agroindústria da juta permaneceu e ainda ocupa importante lugar na economia do país. Atualmente, essa atividade é a principal fonte de renda para cerca de 4 milhões famílias camponesas nos estados de Bengala Ocidental, Orissa, Assam e Bihar, de onde saem mais de 80% da produção de juta do país. Todavia, o processo de produção das fibras de juta nesse local permanece praticamente o mesmo desde o século 19 e isso não só em Bengala Ocidental, mas também em outros estados indianos. Assim como na Amazônia, ele não sofreu nenhuma alteração nesses anos todos (Figura 9).

Em Bengala Ocidental, as atividades têm início geralmente no mês de fevereiro com a gradagem do solo, que consiste no revolvimento de camadas superficiais para reduzir a compactação, com intuito de aumentar os espaços porosos e, com isso, elevar a permeabilidade e o armazenamento de ar e água. É preciso revirar a terra para que o solo fique bem pulverizado, com todos os torrões quebrados e com os tocos, geralmente da safra anterior, todos removidos. Esse processo facilita o crescimento e o fortalecimento das raízes das plantas e esse fortalecimento é fundamental para que a juta possa atingir uma altura comercialmente viável, que fica em torno de 4 a 4,5 metros, pois certamente se evitará o tombamento das hastes com o vento, fato que pode fazer com que as plantas sejam arrancadas do solo ou se quebrem. Por sua vez, a semeadura em linha é feita com auxílio de uma máquina artesanal.

Nesse método, as linhas são separadas cerca de 10 a 12 polegadas (25,4 a 30,4 cm) e as sementes são colocadas com separação de cerca de 3 a 4 polegadas (7 a 10 cm), o que permite a fácil remoção de ervas daninhas e desbaste das plantas, fato que possibilitará seu crescimento saudável. Isso tem implicações diretas na quantidade das fibras produzidas e, conseqüentemente, no rendimento da lavoura. A ferramenta usada tradicionalmente para semear tem a forma de um funil acoplado, onde as sementes são colocadas e transmitidas através de dois ou três tubos com extremidades afiadas. Essas extremidades perfuraram o solo e depositam as sementes na cova. No processo de semeadura a lança, as sementes são jogadas manualmente de forma transversal, primeiramente lançadas no sentido Norte-Sul e, em seguida, lançadas no sentido Leste-Oeste, permitindo a distribuição uniforme delas sobre o solo. Após a semeadura, a terra é levemente nivelada para esconder as sementes e consolidar a superfície. Nesse processo, são necessárias cerca de 12 a 15 libras (5 a 6 quilos) de sementes de juta para o plantio de um acre de terra (0,4 ha). Notícias vindas de Bangladesh, durante o percurso da pesquisa de campo na Índia, informavam que lá também está

se utilizando o método de plantio de juta a partir de pequenas mudas, que são fincadas no solo úmido (na lama). Esse solo é parecido com o solo onde é semeada a juta e a malva quando água começa a baixar no Amazonas, o chamado plantio na lama.

A partir desse momento, e até as pequenas mudas atingirem um metro de altura, será preciso uma série de cuidados para que haja um perfeito desenvolvimento das plantas. Essa série de tratos culturais se inicia quando as plantas atingem cerca de 5 cm de altura, com uma pequena gradação do terreno para que haja retenção de umidade. A primeira capina também ocorre nesse momento. É preciso cuidado também para que a água não fique estagnada no solo e comprometa as raízes. Se isso ocorrer, fatalmente as plantas morrerão. A partir do momento em que a juta atinge um metro de altura, ela mesma se encarrega de abafar as demais ervas daninhas (isso também ocorre com a malva na Amazônia). Antes disso, a remoção dessas ervas e o primeiro desbaste são imprescindíveis, devendo ser feitos no tempo correto e sem atraso. Isso é extremamente importante devido ao fato de que a juta sofre bastante com a concorrência de plantas invasoras. O segundo desbaste ou capação ocorre quando as plantas já estão quase totalmente desenvolvidas, esse procedimento consiste em arrancar todas as plantas que estão raquíticas. O desbaste produzirá maior espaço entre as plantas e, com isso, elas crescerão livremente e fatalmente atingirão a altura ideal, produzindo, dessa forma, fibras mais longas e fortes.

No aspecto relacionado à extração das fibras, a colheita propriamente dita, a quantidade e a qualidade das fibras dependem da maturidade das plantas e do momento certo para cortá-las. Em Bengala Ocidental, o corte geralmente é feito entre a floração e a frutificação, que ocorre entre o centésimo e o centésimo vigésimo dia. Nessa fase, as plantas já atingiram a altura máxima e a extração das fibras ocorrerá sem grandes dificuldades. Todavia, se o corte for feito demasiadamente cedo, haverá prejuízos no rendimento. E, caso ocorra muito tarde, haverá maior rendimento, mas com fibras mais duras, o que

traz perda de qualidade. No Amazonas, devido à falta de mão de obra e às enchentes muito rápidas, às vezes, começa-se o corte de maneira prematura, sem o intervalo entre a floração e a frutificação e isso gera perdas de qualidade e rentabilidade da lavoura.

As etapas finais do processo de trabalho com a juta consistem na maceração e no posterior desfibramento, que começa com a submersão em água corrente das hastes amarradas em feixes. Por serem plantas dicotiledôneas, as fibras são retiradas a partir do manuseio do lenho. Daí a necessidade de submersão dos feixes por cerca de 15 dias para que haja maceração biológica, ação que facilitará o desprendimento da fibra do lenho, tornando a remoção da goma na lavagem facilitada. Sem a maceração biológica, a fibra não obtém a maciez necessária para as máquinas industriais de sacarias. Para que haja completa submersão, são colocados troncos e folhas de bananeiras ou barro do fundo do rio sobre os feixes. Utiliza-se também a técnica de sobreposição dos feixes, de maneira que o peso dos feixes superiores obrigue os de baixo a submergir completamente, ficando os de cima cobertos com barro, tocos, galhos etc. Apesar de garantir a submersão total dos feixes, a estratégia de colocar barro nos que estão por cima acaba por tornar as fibras impregnadas de terra, e isso dificulta o trabalho de lavagem, podendo comprometer a sua brancura.

A quantidade e a qualidade da água também são fundamentais. Aspectos ligados à temperatura, à limpeza e à sua docilidade. É importante que a água não seja suja, pois isso interferirá diretamente na cor das fibras. Quanto maior a limpeza e volume de circulação das águas, maior serão as chances de se obter fibras mais brancas. Nessas etapas também não foi observada nenhuma diferença entre o que é realizado em Bengala Ocidental, no Amazonas ou no Pará.

Figura 9: Na linha de cima, processo de produção da juta no Amazonas. Na linha de baixo, processo de produção da juta em Bengala Ocidental.



Fonte: NUSEC/UFAM, 2009; SimuraGroup, 2014; KalpanaMohan, 2013; Aldenor Ferreira, 2013.

No que tange à oferta de água, surge uma diferença entre Amazonas, Pará e Bengala Ocidental. No Amazonas, há mais água disponível para a lavagem das fibras. Na vila indiana onde foi feita a pesquisa de campo em agosto de 2013, pôde-se verificar uma enorme dificuldade para fazer a lavagem, visto que as plantações não são feitas necessariamente nas margens dos rios e, sim, nas áreas alagadiças mais distantes. Se, no Amazonas, praticamente todos os anos, há o problema da enchente/cheia rápida e grandiosa, que acaba por trazer perdas à lavoura, em Bengala Ocidental, região de Calcutá, a falta de água é o grande problema. Em 2013, por exemplo, as chuvas das monções foram fracas, e elas são fundamentais para alagar as terras baixas e possibilitar a formação de pequenas lagoas onde é macerada e lavada a juta. A Figura 10 mostra o processo sendo feito com pouquíssima água, praticamente na lama na vila de Krishna Nagar. Nessa região, a lavagem da juta depende mais das águas pluviais do que das águas fluviais. Com pouca disponibilidade de água, os produtores se utilizam de qualquer corpo d'água disponível para macerar e lavar a juta, desde água clara até água barrenta, lamacenta de charcos ou mesmo esverdeada. Essa

situação dá origem a diversos tipos de fibras, classificados de acordo com a região onde foram produzidos.

Figura 10: Mulheres lavando juta com pouca água em KrishnaNagar.

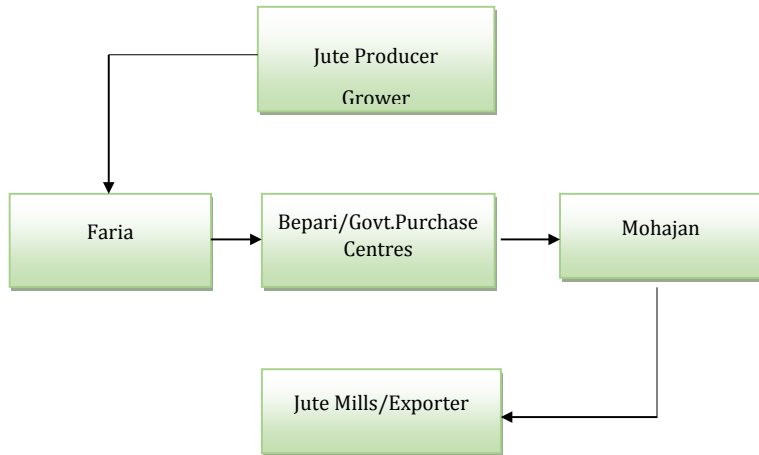


Fonte: Aldenor Ferreira, 2013.

Finalizada as etapas de produção das fibras, tem início o processo de comercialização. Assim como no Amazonas e Pará, o processo de comercialização conta com a forte presença de intermediários e há um longo caminho pelo qual a juta bruta percorre até chegar ao destino final: a indústria (Figura 11). Tanto na Índia quanto em Bangladesh, esse caminho é dominado pelos “agentes da comercialização”. Antes, a maioria dos intermediários utilizava barcos especiais para fazer a aquisição das fibras. Os chamados *Faria iam* de vila em vila, de casa em casa comprando os fardos de fibras, geralmente entre 80 a 150 kg. Ainda há isso, mas, atualmente, grande parte da aquisição se dá por estradas, como ocorre no Amazonas e no Pará, em que as fábricas dificilmente fazem a aquisição da matéria-prima

diretamente dos produtores, e o intermediário, para aumentar seus lucros, quase sempre pratica preços abaixo do que foi estabelecido pelo governo ou pela indústria.

Figura 11: Caminho percorrido pela juta bruta até chegar na Indústria.



Fonte: Mohiuddin, 2015.

Com efeito, quem é o Faria? É um pequeno comerciante indiano que negocia a juta ao nível da aldeia/comunidade. Ele vai de casa em casa e compra a produção de juta dos raiyats (camponeses). Realiza a mesma função do marreteiro no Amazonas. Um pouquinho acima deste estão os Beparis e os Mohajons, que também são intermediários. O Bepari também compra juta diretamente dos rayats, mas, na maioria das vezes, ele negocia diretamente com o Faria. Já o Mohajon não faz aquisição de fibras nas vilas, compra somente do Faria ou do Bepari e as vende para as fábricas estatais e privadas.

O Quadro 1 traz números que mostram a similaridade de todo o processo produtivo da juta especificamente entre Bengala Ocidental e Amazonas. O camponês bengalês e o amazonense acorda cedo, vai para o seu roçado, próximo de sua casa, de lá só volta ao meio dia, descansa, depois retorna à lida até às 17h.

No período da colheita, ele trabalha dentro da água por cerca de 6, 7 ou 8 horas por dia e produz em média 30 a 40 quilos de fibra. Leva as fibras para o varal e as estende, para, no outro dia, começar tudo de novo. Seu principal instrumento de trabalho é o seu facão/terçado. Além de chapéu e bota, não utiliza mais nenhum equipamento de proteção individual. Sua lavoura produz, em média, 2 toneladas de fibras que ele vende para o intermediário, que vem buscar no seu porto ou na sua porta. Depois de lutar contra as pragas que costumam se banquetear em sua lavoura, como lagartas e formigas-cortadeiras, ele consegue obter algum rendimento. Ganhos esses que variam entre R\$ 2.600,00 a R\$ 4.000,00 (valores de 2014), sendo uma renda baixa para um trabalho extremamente insalubre e que precisa durar até a próxima safra. É válido ressaltar que esse arrecadamento só é possível porque, para realizar o trabalho, ele conta com a ajuda dos braços da família, mulher, filhos e vizinhos. Durante o processo de lavagem da juta dentro da água, ele corre risco de se acidentar, de ter seu pé ou seu braço machucado por uma cobra ou ainda adquirir micoses quando lava sua juta quase que totalmente na lama. Não trabalha com bancos públicos e/ou privados, apesar de existirem linhas de crédito nos dois países, não possui muito estudo e já se aproxima dos 50 anos de idade, sendo o perfil equivalente tanto na Índia quanto no Brasil.

Pela constatação de que os processos são rigorosamente iguais, realizados em ambientes idênticos, afirmamos ser mito a questão da qualidade inferior da fibra amazonense e paraense em relação à fibra indiana por conta do processo de maceração e desfibramento adotado. A preferência pela fibra bruta, bem como pelos produtos manufaturados que são importados da Índia e de Bangladesh, está ligada ao preço e à baixa produção da Amazônia, que não consegue suprir a demanda nacional. Com um volume gigantesco de produção, feita com mão de obra barata, mesmo atravessando dois oceanos, os produtos de juta chegam ao mercado brasileiro a preços baixos⁵.

⁵ De acordo com informações do Ifibram, em 2012, o saco para acomodar o café entrava no Brasil pelo preço de R\$ 3,75, enquanto que o mesmo saco produzido pelas fábricas brasileiras era disponibilizado ao mercado pelo valor de R\$ 4,15.

**QUADRO 1: ATIVIDADE COM A JUTA NO AMAZONAS
E EM BENGALA OCIDENTAL.**

	Idade	Filhos	Escolaridade	Terreno (ha)	Forma de Aquisição	Área de Cultivo (ha)	Início do Plantio	Ferramentas Utilizadas	Aquisição de Sementes	Forma de Semear	Sementes por Hectare (kg)	Ajuda da Família	Capinas
A M A Z O N A S	47,48	5	E. F. I.*	10,5	Compra (60%)	3,33	Ago. Set.	Terçado Enxada	Compra Doação (Governo)	A lanço	5,5	Sim	2
B E N G A L A	51,33	4	E. F. I.	1	Herança (67%)	0,5	Abril Maio	Facão Enxada	Compra Subsídio (Governo)	A lanço Máquina	5,19	Sim	1
	Pra- gas	Feixes Cortados (unidade)	Tempo de Maceração (dias)	Quilos por dia	Acidente com Animais	Horas Trab.	Fardos por dia	Mecanização	Fibras por Hectare (Kg)	Preço da Fibra (R\$ 2013)	Escoamento	Quem compra	Crédito Bancário
A M A Z O N A S	Sim (88%)	90	15,40	41,6	Sim	7,90	10,9	Não	2,00	1,80	Barco Intermediário	Intermediário	Não
B E N G A L A	Sim (100%)	30	21	30	Sim	6,30	8	Não	2,600	1,33	Estrada Barco Intermediário	Intermediário	Não

Obs.: Números relacionados especificamente às vilas/comunidades visitadas em Bengala Ocidental e no Amazonas Pesquisa de campo, 2014.

*E.F.I.:Ensino Fundamental Incompleto.

CONCLUSÃO

A história oficial afirma que os espanhóis, ao buscarem estabelecer uma nova rota comercial para as Índias, chegaram à América, descobrindo, assim, as “Índias Ocidentais”, termo cunhado pela Coroa espanhola em contraponto ao termo “Índias Orientais”. Oito anos depois, foi a vez dos portugueses aportarem no litoral brasileiro, devido a um erro em sua rota de navegação, pois o objetivo era chegar à Índia. Todavia, o fato é que durante séculos o desejo de “chegar” à Índia e ao Brasil foi latente em muitos projetos coloniais. Esses dois destinos tropicais atraíram olhares, aguçaram curiosidades, inspiraram pensamentos, criaram sonhos, estimularam desejos nos corações de naturalistas, viajantes, aventureiros, peregrinos, comerciantes, literatos, filósofos, religiosos e tantos outros que se aventuraram por essas terras.

Com efeito, as duas nações, em 500 anos, dialogaram pouco, “trocaram poucas cartas”. A relação entre Brasil e Índia, desde o início, foi restrita, marcada pela interferência dos poderes centrais das metrópoles. As colônias portuguesas na Índia, por exemplo, não podiam exportar diretamente para o Brasil, o comércio tinha que ser intermediado e aprovado pela metrópole portuguesa. Goa não podia estabelecer relações comerciais diretamente com o Brasil, numa negociação direta de colônia para colônia, tudo tinha que passar pelo crivo do poder central português. No período da Guerra Fria, com o Brasil alinhado aos Estados Unidos, e a Índia mais próxima da ex-URSS, as relações continuaram distantes. Já com o fim da Ditadura Militar no Brasil e com o Acordo de Cooperação nas áreas de Ciência e Tecnologia, assinado em 1990, as relações comerciais e culturais entre os dois países aumentaram bastante e continuam avançando, principalmente, a partir do acordo de cooperação assinado em 2007, marcado pela visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia.

As importações da Índia cresceram bastante entre 2005 e 2008, passando de US\$ 1,54 bilhão para US\$ 3,60 bilhões (+32,7%) (Intercâmbio Comercial do Agronegócio, 2009). Ainda assim, pode-se dizer que os fluxos comerciais e os intercâmbios culturais entre essas nações são pequenos quando comparados com Estados Unidos ou mesmo com a China, um país que, como a Índia, está no Oriente. A cooperação poderia ser maior, dadas às características climáticas, territoriais, sociais e culturais semelhantes dos dois países. Ela poderia se estender para as áreas de ciência e tecnologia, agricultura, meio ambiente, indústria, informática, educação, setores de serviços etc., visando à superação de problemas que também são parecidos, como a concentração de renda e a má distribuição de riqueza, além das dificuldades relacionadas aos serviços de saúde e de educação básica.

Especificamente no campo da produção de fibras vegetais, os estados do Amazonas e Pará poderiam ser extremamente beneficiados com o intercâmbio com Bengala Ocidental, que dispõe de um grande aparato institucional de caráter público e privado voltado exclusivamente para a organização produtiva da juta e fibras similares, como o *Indian Jute Mills Associations* (Ijma), entidade de caráter privado com 130 anos de história e que é mantida pelas indústrias de juta. Outra instituição importante é o *Central Research Institute for Jute & Allied Fibres* (Crijaf), ligada ao *Indian Council of Agricultural Research* (Icar). O Crijaf é o instituto mais importante da Índia em pesquisas sobre juta e fibras similares. De acordo com *National Jute Board*, atualmente, há 15 instituições públicas e privadas envolvidas especificamente com a produção, comércio e indústria da juta. Com exceção do *Forward Markets Commission*, que é sediada em Mumbai, todas as outras instituições são sediadas na cidade de Calcutá, Bengala Ocidental.

O Brasil, representado pelo Amazonas e Pará, também já contou com um grande aparato institucional para cuidar do setor da juta. Instituições de pesquisa que contribuiriam bastante

para o desenvolvimento dessa modalidade agrícola, trabalhando nos mesmo moldes das instituições indianas, como: o Instituto Agrônômico do Norte (IAN), criado por Getúlio Vargas em 1939, que depois passou a ser Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuárias do Norte (Ipean), instituição ligada ao Ministério da Agricultura (atual Embrapa Amazônia Oriental); o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias da Amazônia Ocidental (IPEAAOC, a atual Embrapa Amazônia Ocidental), a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas (Codeama), a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar-Amazonas) e ACAR-Pará; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/AM) e Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia (Ifibram) e a Escola de Agronomia da Amazônia, atual Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), além da antiga Escola Agrônômica de Manaus que também teve importante participação no processo de qualificação de mão de obra. O Ifibram tem funções semelhantes ao *Indian Jute Mills Association*, que também é mantido pelas indústrias de aniagem.

A diferença entre o Brasil e a Índia no campo da produção de juta é que as instituições indianas continuam atuando firmemente no setor, nunca pararam suas atividades, enquanto que as instituições brasileiras foram extintas e/ou deram lugar a novas instituições que não prosseguiram com os trabalhos relacionados à cultura. Especificamente, no caso da Embrapa, que realizou inúmeros estudos sobre melhoramento genético da juta, sobre a mecanização do desfibramento, estudos sobre a produção de sementes e a comercialização das fibras etc., deixou de fazer essas pesquisas há pelo menos 20 anos. Hoje, o que se tem é apenas um importante acervo sobre o tema em suas respectivas bibliotecas em Manaus e em Belém.

Por ser um produto de grande versatilidade e inúmeras possibilidades, as fibras de juta e de malva se aproximam bastante dos critérios da sustentabilidade, por conta disso, são portadoras de enorme capital ecológico. Diferente das fibras

sintéticas derivadas do polímero extraído do petróleo, cujo processo de biodegradabilidade leva séculos para ser concluído, sendo, portanto, mais propensas a causar danos ambientais, as fibras de juta e malva são a sua antítese. Além das características naturais das fibras, isso se dá por conta do processo industrial empregado, no qual são utilizados apenas aditivos orgânicos e os óleos vegetais, isso faz com que o produto final seja totalmente biodegradável e quando a embalagem utilizada é descartada, ela se desintegra completamente em pouco tempo, sem deixar qualquer resíduo no ambiente, ou seja, um produto que gera externalidades positivas. Além disso, é uma modalidade agrícola já internalizada no saber-fazer do camponês varzeano da Amazônia. As terras e as águas de trabalho do camponês bengalês são praticamente as mesmas dos camponeses amazônicos.

As diferenças do processo produtivo são praticamente inexistentes, as condições edafoclimáticas são idênticas; o parque industrial instalado tanto no Amazonas quanto no Pará não é inferior em termos de tecnologia de suas máquinas ao parque industrial bengalês; o saber-fazer do camponês amazônico não difere em nada do saber-fazer do camponês bengalês. Nesse sentido, não há barreiras para um projeto eficaz de reativamento da produção de fibras na Amazônia. A região possui totais condições para abrigar uma agroindústria pujante nos mesmos moldes da agroindústria bengalesa, dadas às condições de suas várzeas, áreas propícias para esse tipo de agricultura, a existência de mercado interno e, como dito, o saber-fazer do camponês varzeano.

Em tempos de crise econômica e ambiental globalizada, é importante a abertura de novos caminhos. Mesmo com a importância das rotas comerciais e dos circuitos culturais estadunidenses e europeus, há outras rotas que precisam ser percorridas. Um bom caminho para o Brasil, de maneira geral, e para a Amazônia, de maneira específica, seria “o caminho da Índia”. É preciso ampliar esse diálogo e promover o encontro do Sul com o Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, Gaston. *A Formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.
- BOTTOMORE, Thomas. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1988.
- FERREIRA, Aldenor da Silva. *Fios dourados dos trópicos: culturas, histórias, singularidades e possibilidades (juta e malva – Brasil e Índia)*. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- FERREIRA, Aldenor Silva da; Homma, Alfredo. Kingo. Oyama. Ryota Oyama: uma biografia. In: HOMMA, A. K. O. et al. *Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional*. Manaus: EDUA, 2011.
- INTERCÂMBIO COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO 2009. Disponível em: www.agricultura.gov.br/arqeditor/file. Acesso em: 19 dez. 2015.
- MUKHERJEE, Madhumita. (2016), “Piscicultura alimentada com águas servidas na periferia de Kolkata”. *Revista de Agricultura Urbana*. Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU10/AU10kolkata.html>. Acesso em: 20 mai. 2016.
- NEPOMUCENO, Rosa. *O Brasil na rota das especiarias: o leva e traz de cheiros, as surpresas da ova terra*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2005.
- PETERSEN, Paulo (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009.
- PLOEG, JanDouweVan Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa, in PETERSEN, Paulo. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009.

RIBEIRO, Maurício Andrés. *Tesouros da Índia*: para a civilização sustentável. Belo Horizonte, RONA, 2003.

SAID, Edward W. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes, *in* SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula de Sousa. *Epistemologias do Sul*. São Paulo, Cortez, 2010.

ALDENOR DA SILVA FERREIRA - Doutor em Ciências Sociais, professor adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí. E-mail: aldenorsferreira@gmail.com

SONIA BERGAMASCO - Doutora em Ciências, professora visitante sênior da Universidade Federal de São Carlos, Campus de Araras. E-mail: soniaberga@yahoo.com